

DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p155-168

José Francisco C. FERREIRA¹ João Paulo A. AMORIM² Romário Valente SANTOS

A MORFOLOGIA DE UMA CIDADE NO MEIO DO MUNDO: TRANSFORMAÇÕES URBANAS E OS NOVOS DESAFIOS DE MACAPÁ-AP

José Francisco C. FERREIRA¹

João Paulo A. AMORIM²

Romário Valente SANTOS³

155

Resumo:

Macapá, capital do Estado do Amapá, tem crescido muito nos últimos 20 anos (321,4%), crescimento este que se deve ao fato de constituir um ponto de grande atração para os habitantes dos estados vizinhos, em busca de melhores condições de vida, após a estadualização do Amapá, pela Constituição Federal de 1988, e pelos diversos investimentos realizados neste território pela União e pelo capital nacional e estrangeiro. Estas procuras pelo urbano colocam numerosos desafios às entidades públicas, sobretudo o da gestão de um território complexo, onde as infraestruturas urbanas não acompanham o crescimento. As autoridades mostram-se incapazes de responder a estas demandas, gerando disfunções territoriais e desafios que podem não ser cabalmente percebidos. Com este artigo pretende-se refletir sobre as transformações urbanas recentes e perceber quais são os desafios que Macapá enfrentará no futuro próximo.

Palavras-chave: Macapá; Transformações Urbanas; Novos Desafios; Cidade do Meio do Mundo.

THE MORPHOLOGY OF A CITY IN THE WORLD OF MEDIA: URBAN TRANSFORMATION AND THE NEW CHALLENGES MACAPÁ -AP

Abstract:

Macapá, Amapá state capital, has grown tremendously in the last 20 years (321.4%), this growth is due to the fact that it is a point of great attraction for the inhabitants of the neighboring states in search of better living conditions after estadualization of Amapá, by the 1988 Federal Constitution, and the various investments made in this area by the Union and by the national and foreign capital. These searches for urban pose numerous challenges to public bodies, particularly the management of a complex territory, where urban infrastructure do not follow growth. The authorities show themselves unable to answer these demands, generating territorial dysfunctions and challenges that can not be fully realized. With this article the aim is to reflect on the recent urban transformations and understand what are the challenges they will face in the near future Macapa.

Keywords: Macapá; Urban Transformations; New Challenges; City of Half the World.

INTRODUÇÃO

Com uma população estimada de 446.757 habitantes, em 2014, segundo o IBGE, Macapá, capital do estado do Amapá, é a maior cidade do Estado. Em pouco mais de 20 anos,

¹ Geógrafo. Doutor em Geografia e Planejamento Territorial. Pós-doutorando em Desenvolvimento Regional. Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Bolsista do PNDP/CAPEs. Colaborador do CICS-NOVA da Universidade Nova de Lisboa. E-mail: zfcofer@gmail.com.

² Geógrafo. Licenciado e Bacharel em Geografia. Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestrando no Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP. E-mail: joaopauloamorim30@gmail.com.

³ Geógrafo. Licenciado e Bacharel em Geografia. Mestrando no Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP. E-mail: romario_geo@yahoo.com.br.

DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p155-168

José Francisco C. FERREIRA; João Paulo A. AMORIM; Romário Valente SANTOS

entre 1991 e 2014, a sua população mais que triplicou (dos pouco mais de 140 mil para os quase 450 mil habitantes). Este crescimento rápido da população deveu-se ao fato de Macapá constituir um ponto de grande atração, essencialmente, para os habitantes dos estados vizinhos, que, sobretudo a partir dos anos 1980, vêm em busca de melhores condições de vida (emprego, renda, saúde, educação), após a estadualização do Amapá, pela Constituição Federal de 1988, e pelos diversos investimentos realizados neste território pela União e pelo capital nacional e estrangeiro (expansão das forças produtivas capitalistas).

Estas procuras pelo urbano e o rápido crescimento da população colocam numerosos desafios às entidades públicas, sobretudo o da gestão de um território complexo e no qual as infraestruturas urbanas não acompanham este crescimento. As autoridades têm-se mostrado incapazes de responder às expectativas dos que procuram o Amapá, e estes, ao concentrarem-se sobretudo em Macapá, são os responsáveis pela macrocefalia da capital.

Neste contexto, as cidades do Estado do Amapá constituem espaços urbanos altamente desestruturados, sem políticas eficazes e planejamento fragmentado, que, quando ocorre, é mais por pressão social e política, com o surgimento de espaços urbanos informais, com incipientes condições de serviços e equipamentos urbanos, como é o caso da ocupação das áreas de ressaca.

Acresce à falta de planejamento, poucas oportunidades de emprego e renda, habitação insuficiente e inadequada, sistema de transportes públicos desadequado, saneamento deficiente, incipientes serviços de educação e saúde, além de ineficientes políticas estaduais e estaduais, que contribuem para que os problemas ocorram e se acentuem. Em simultâneo, a cidade expande-se, para norte e para sul, em um movimento de conurbação com Santana, e começa a verticalizar-se no centro. Nas periferias predomina a horizontalidade, que, em tempos, possuía populações com baixo poder aquisitivo, mas que vem sendo ocupada por classes sociais com maior poder econômico, em virtude da ocupação de lotes residenciais.

Tendo em consideração este cenário da cidade de Macapá, a partir do fato de constituir uma cidade média em crescimento com influência direta e clara nas outras cidades do estado e nos territórios próximos do Estado vizinho do Pará, pretende-se formular outro olhar, que contemple diversos aspectos, reflexão realizada a partir de estudos produzidos na Universidade Federal do Amapá por diversos grupos de pesquisa e trabalho de campo.

Neste contexto, recorrer-se-á ao uso de indicadores que permitam uma melhor compreensão das transformações urbanas ocorridas em Macapá e os seus velhos e novos desafios, obtidos de diversas instituições oficiais, como o IBGE, DATASUS, Ministério da Fazenda, MTE. Como objetivo principal, pretende-se identificar as principais transformações urbanas que ocorreram em período recente na cidade de Macapá e os novos desafios que a cidade terá de enfrentar num futuro de médio e longo prazo. A metodologia utilizada considera dados obtidos de obras de referência sobre o estado do Amapá e a cidade de Macapá, trabalhos produzidos por diversos grupos de pesquisa da Universidade Federal do Amapá e indicadores de instituições oficiais.

O artigo constará de uma introdução, um item onde são abordadas as transformações urbanas recentes de Macapá e um outro onde se apresentarão alguns dos mais importantes desafios desta cidade, terminando com as considerações finais.

MACAPÁ E SUAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS RECENTES

Quando se fala em transformações urbanas recentes, considera-se dois pontos essenciais: a história da cidade e a história do urbano. Santos (2005) e Corrêa (2001) destacam a história da cidade como a história dos objetos, das formas espaciais e a história do urbano como a história das ações, do conteúdo, portanto, da vida que dá vida às formas espaciais/objetos.

Pautado ainda nas ideias de Santos (2005) e Lefebvre (2006) deve entender-se a urbanização como esse movimento que dá vida à cidade, a partir de três elementos distintos, mas inter-relacionados: a urbanização da população, a urbanização da sociedade e a urbanização do território. O primeiro trata do que, com frequência, se tem difundido no ambiente escolar, ou seja, da urbanização como crescimento da população urbana, com o adensamento populacional da cidade, seja pelo crescimento vegetativo ou pelos fluxos migratórios; o segundo consiste na difusão dos valores modernos na sociedade, sem que, necessariamente, haja uma modernização do território, que, por sua vez, se refere à modernização da cidade.

A urbanização da sociedade e do território metamorfoseia-se com o que Santos (2004) chamou de psicofera, compreendida como um sistema de valores associados ao modo de vida urbano e a tecnosfera urbana, referente às mudanças do território enquanto materialidade.

DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p155-168

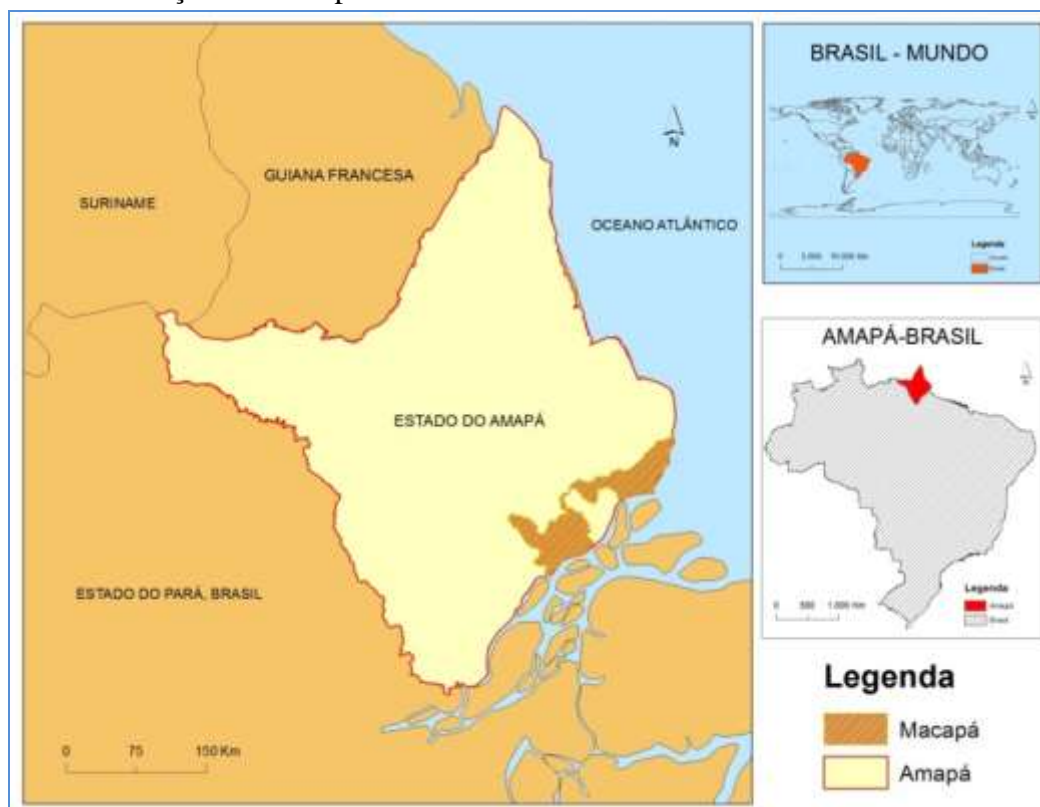
José Francisco C. FERREIRA; João Paulo A. AMORIM; Romário Valente SANTOS

Esta tecnosfera urbana “nos remete à instalação de novos sistemas de engenharia na região, acompanhando as redes técnicas instaladas, como a viária e a elétrica” (MALHEIRO e TRINDADE JR., 2009, p. 71).

É nesta perspectiva que serão compreendidas as transformações urbanas recentes de Macapá, levando em consideração a urbanização da população, da sociedade e do território, assentadas também na teoria social do espaço, ou seja, do espaço como produto, condição e meio de reprodução da sociedade, conforma salientam Harvey (2005) e Lefebvre (2006).

Do ponto de vista da urbanização da população, destaca-se o recorte temporal da década de 1940, quando Macapá é elevada à condição de capital do então Território Federal do Amapá – TFA, como marco inicial do adensamento populacional da cidade, que, desde sua fundação em 1758 até a criação do TFA, não teve um crescimento populacional tão significativo (gráfico 1).

Mapa 1 – Localização de Macapá



Fonte: Elaborado pelos autores. ArcGis 10.1

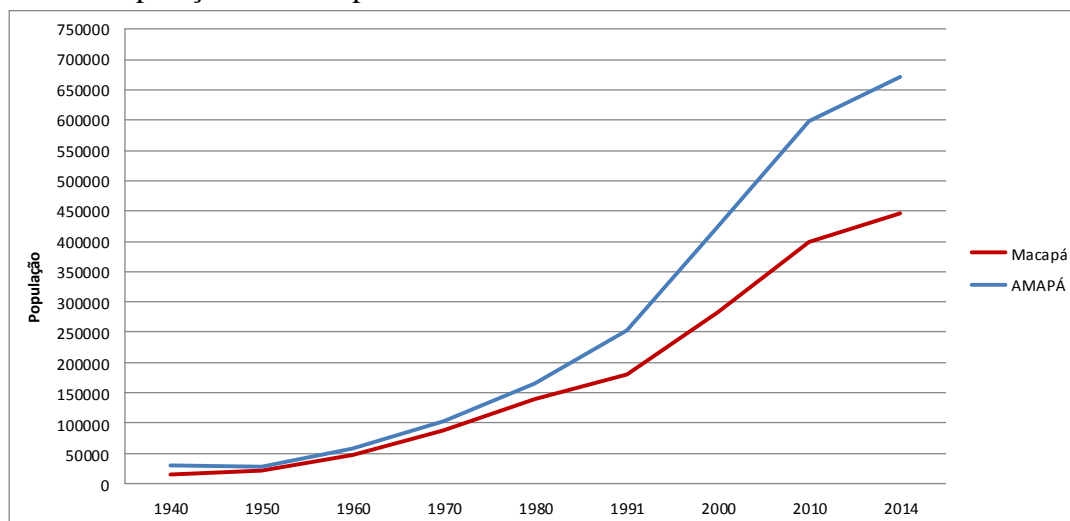
Macapá destaca-se, do ponto de vista da urbanização da população, em relação ao estado do Amapá, saindo de um quantitativo de pouco mais de 16 mil habitantes em 1940

DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p155-168

José Francisco C. FERREIRA; João Paulo A. AMORIM; Romário Valente SANTOS

para quase 450 mil habitantes em 2014, portanto com um percentual de 59,5% da população do estado do Amapá, constituindo-se, juntamente com o município de Santana, na maior macrocefalia urbana da Amazônia (SANTOS, 2012).

Gráfico 1 – População de Macapá entre 1940 e 2014



Fonte: IBGE.

O adensamento populacional de Macapá a partir de 1940 está diretamente relacionado aos surtos urbanizadores decorrentes dos grandes projetos implantados na Amazônia Setentrional Amapaense – ASA, que tinham as cidades de Macapá e Santana como principais bases logísticas (SANTOS, 2011). Além destes grandes projetos, como as atividades da Indústria de Mineração e Comércio – ICOMI LTDA., destaca-se a extinção do TFA e a consequente criação do estado do Amapá, além da criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS (1991), como os principais fatores desse adensamento populacional experimentado por Macapá.

Os grandes projetos, juntamente com a instalação das redes técnicas, como a rede de eletricidade instalada pela Companhia de Energia do Amapá – CEA representam a face da urbanização do território em Macapá, expressa também nas formas espaciais da cidade como os próprios equipamentos urbanos.

Já a urbanização da sociedade se dá também nos termos apontados por Oliveira apud Trindade Jr. (2014, p. 277) da “difusão marcante do modo de vida urbano na região, mas não do domínio da cidade na paisagem”. É isso que tem se presenciado em Macapá, assim como nas demais porções da região Amazônica, mesmo que com diferentes intensidades.

DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p155-168

José Francisco C. FERREIRA; João Paulo A. AMORIM; Romário Valente SANTOS

Diante deste quadro geral, deve-se considerar o final da década de 1980, quando o Amapá virou estado, como período em que houve transformações urbanas mais intensas na cidade de Macapá. Essas transformações estão expressas tanto na forma urbana quanto no próprio conteúdo da urbanização.

Mapa 2 – Aglomerado Urbano Macapá-Santana



Fonte: Santos, 2015.

Do ponto de vista da forma urbana, Macapá passou por um intenso processo de expansão urbana, principalmente a partir da década de 1970, confirmando as tendências apresentada pelo Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá/Fundação João Pinheiro – PDUMFJP, realizado em 1973. Em 1973 já havia um adensamento populacional significativo das áreas mais periféricas, o que se concretizou através de processos espaciais como a descentralização, a segregação socioespacial e até mesmo um processo de conurbação com a cidade de Santana (mapa 2)

As transformações urbanas verificadas na forma espacial de Macapá são reflexo da produção social do espaço urbano desta cidade, que tem experimentado novos processos e práticas espaciais como a proliferação de loteamentos e condomínios nos eixos de circulação

DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p155-168

José Francisco C. FERREIRA; João Paulo A. AMORIM; Romário Valente SANTOS

localizados ao longo das Rodovias AP – 010, AP – 020 e BR – 210; a construção e modernização de shoppings centers; obras de mobilidade urbana (rodovia Norte – Sul), fragmentação territorial de ex-distritos (Santana e Itaubal, por exemplo), criação da ALCMS, expansão do comércio varejista e atacadista, Píer do Santa Inês articulando Macapá às cidades do Golfão Marajoara; o Porto das Pedrinhas e do Igarapé das Mulheres relacionando com ilhas e cidades próximas e estimulando o comércio; construção de equipamentos urbanos públicos como universidades (UNIFAP, UEAP, por exemplo), de conjuntos residenciais como o Macapaba, Mucajá, São José etc.

Essa relação entre forma e conteúdo é que permite falar em transformações urbanas recentes de Macapá, pois verifica-se um novo conteúdo da urbanização nas três esferas destacadas: população, sociedade e território.

DESAFIOS DE MACAPÁ

Macapá é uma cidade que cresceu, inicialmente, a partir de sua orla fluvial, que foi ocupada em torno da Fortaleza de São José de Macapá. A cidade que nasce a partir da fortificação de São José de Macapá, em 1856, tem o objetivo de servir como defesa do território para a colônia portuguesa, principalmente e celeiro agrícola com a prática da rizicultura.

A cidade possui uma rede hidrográfica peculiar, com a presença de áreas de ressaca, lagos, igarapés, drenagens e canais que se meandram no espaço urbano. No entanto, essa rede hidrográfica sofre com ocupações espontâneas, poluição e aterramentos que acabam por diminuir sua capacidade de drenagem e a amenidade física proporcionada como corredores de vento. Na verdade, percebe-se, como veremos posteriormente quando nos referirmos a alguns indicadores, que a cidade está de costas voltadas para o rio, seja pela ocupação ilegal das áreas de ressaca (áreas protegidas), seja pela consequente poluição da água, sobretudo pela quase inexistência de saneamento, e pelo desperdício, que atinge proporções gigantescas.

Um outro fator que nos remete a pensar a cidade de Macapá como desafio de planejamento e produção urbana é a presença cada vez maior de loteamentos e condomínios nos eixos de ligação da cidade. As Rodovias AP – 010, AP – 020 e BR – 210 estão sofrendo processo de especulação imobiliária intensa nos últimos anos, o que implica num crescimento urbano em torno desses condomínios e loteamentos, além do aumento de fluxo de veículos, e

DOI: [10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p155-168](https://doi.org/10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p155-168)

José Francisco C. FERREIRA; João Paulo A. AMORIM; Romário Valente SANTOS

consequente poluição do ar, nos eixos de circulação intra e interurbano. Esse crescimento intenso de bairros e novas áreas de ocupação demandam a instalação de infraestruturas que comportem tal configuração espacial.

A urbanização do território de que trata Santos (2006) se exprime na expansão e crescimento espontâneo de Macapá em vários eixos. A cidade expande-se para os eixos norte, sul e para o oeste em um movimento de conurbação com a cidade de Santana, que se apresenta como a segunda economia do Estado, e forma com Macapá um aglomerado urbano e, também ocorre compartilhamento de infraestruturas entre as duas cidades (uso do Porto de exportação e de passageiros em Santana; o terminal rodoviário e o aeroporto, em Macapá). Macapá começa a verticalizar-se no centro, com predomínio das classes sociais mais abastadas, que se utilizam dos serviços e comércio oferecidos. Nas periferias predomina a horizontalidade, que, em tempos, possuía, em sua maioria, populações com baixo poder aquisitivo, mas que vem sendo ocupada por classes sociais com maior poder econômico.

A cidade, como se expande ao sabor do mercado imobiliário e praticamente sem planejamento, acaba por se tornar, cada vez mais, dispersa, gerando outras externalidades negativas. Esta é, aliás, uma das discussões que o Plano Diretor, que já havia de ter sido revisto (2004-2014) deveria contemplar. A cidade está a expandir-se, gerando, como assinala Silva & Romero (2010) problemas ambientais, já que se espalha sobre a paisagem natural, eliminando florestas, se apropriando de recursos naturais, aumentando a demanda por consumo e energia.

A dispersão exige maior movimentação de veículos de transporte de mercadorias, maior número de ônibus e de transporte individual que, por sua vez, intensificam o movimento e congestionam as vias de circulação, além de aumentar a poluição pela emissão de gases, em consequência do aumento de número de veículos a circular. Isto supõe, por sua vez, um aumento da impermeabilização do solo, que acaba por exercer sérios danos ao ciclo hidrológico, promovendo enchentes face à deficitária infraestrutura urbana, além de impactar o clima urbano de forma considerável. Neste sentido, o desafio do planejamento é muito claro para Macapá. É preciso responder com clareza à pergunta “que tipo de cidade queremos?”.

As interações espaciais de Macapá com as ilhas do Golfão Marajoara, junto com as cidades do interior do estado do Amapá configuram em uma pressão por serviços e atividades na capital, que não acompanha a demanda de crescimento populacional por essas atividades

DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p155-168

José Francisco C. FERREIRA¹ João Paulo A. AMORIM² Romário Valente SANTOS

(serviços de saúde, educação, segurança e transporte público). Logo, a precariedade dos serviços se instala no seio da cidade e provoca uma série de situações adversas que culminam com o inchaço populacional e uma diminuição da qualidade de vida da população, como desemprego, déficit habitacional, moradias inadequadas, falta de saneamento (atualmente, a capital amapaense apresenta apenas 6,06% de cobertura de esgoto em seu território), além da violência urbana crescente em todo o estado do Amapá.

Quadro 1 – Indicadores de várias dimensões sobre Macapá

DIMENSÃO	INDICADOR	VARIÁVEL	FONTES	ANO	Macapá	
Gestão Administrativa	Qualidade do Quadro Funcional	Número de servidores por mil habitantes ‰	IBGE. Munic.	2010	20,6	
		Percentual de servidores com curso superior %	IBGE. Munic.	2010	13,5	
Gestão Financeira	Capacidade de arrecadação	Percentual de Receita Própria sobre a Receita Total %	STN/FINBRA	2010	10,5	
	Capacidade de Investimento	Despesas com Investimentos sobre a Despesa Realizada %	STN/FINBRA	2010	3,45	
	Saúde financeira	Suficiência de Caixa %	STN/FINBRA	2010	59,33	
		Percentual da Receita Corrente Líquida Comprometida com Despesas de Pessoal %	STN/FINBRA	2010	56,24	
Gestão Urbana	Mobilidade Urbana	Número de ônibus por mil habitantes ‰	Denatran	2012	2,5	
Economia e Renda	Nível de Renda	Renda per capita R\$	IBGE	2010	717,88	
	Desemprego	Taxa de desocupação - 10 anos ou mais anos	IBGE	2010	12,03	
	Desigualdade	Índice de Gini	IBGE	2010	0,59	
	Vulnerabilidade		Percentual de Domicílios em situação de pobreza %	IBGE- Censo	2010	10,69
			Percentagem de vulneráveis à pobreza %	IBGE	2010	37,5
			Percentagem de mulheres entre os 10 e os 17 anos com filhos %	IBGE	2010	10,07
			Percentagem de Mães chefes de família sem ensino fundamental completo e com filhos menores de 15 anos %	PNUD	2013	22,17
	Dinamismo Econômico		Evolução de Empregos Formais 2008-2010 Δ %	RAIS	2010	8,52
			Média de Crescimento do PIB no último triênio Δ %	IBGE	2010	10,36
			PIB per capita, 2010, R\$	IBGE	2010	13096,63
Saúde	Longevidade	Índice de Esperança de vida ao nascer, 2010, Nro de Anos	IBGE - Censo	2010	74,19	
	Mortalidade Infantil	Número de óbitos de nascidos vivos até um ano de idade por mil nascidos vivos ‰	IBGE - Datasus	2010	20,32	
	Equipamentos de saúde		Estabelecimentos de Saúde por mil habitantes ‰	IBGE	2009	0,34
			Leitos hospitalares por mil habitantes ‰	IBGE	2009	70,7
	Nutrição		Subnutrição %	MS	2012	4,37
	Mortalidade global		Mortalidade por doenças infecciosas (100 mil hab)	MS	2012	14,68
			Mortalidade por doenças crônicas (100 mil hab)	MS	2010	34,2
			Mortalidade por doenças respiratórias (100 mil hab)	MS	2012	30,8
			Suicídio (100 mil hab)	MS	2012	3,6
Obesidade		Obesidade %	MS	2012	41,16	
Educação	Escolaridade	População alfabetizada %	IBGE	2010	81,5	
		Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com superior completo %	IBGE	2010	14,4	
		Pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever (taxa de analfabetismo) %	IBGE- Censo	2010	6,17	
	Qualidade do Ensino		Índice de Aproveitamento do Ensino Básico – IDEB	MEC INEP	2011	4 / 3,5
			Percentual de abandono escolar de 6ª a 9ª série %	MEC inep	2011	4,6
			Percentual de abandono escolar no ensino médio %	MEC inep	2011	16,9
Gênero	Gênero	Razão entre o rendimento médio das mulheres em relação ao rendimento dos homens (%)	IBGE	2010	78,8	
		Violência contra mulher (100 mil hab)	MS	2012	96,75	
Segurança	Criminalidade	Nº de homicídios por arma de fogo (100 mil hab)	IBGE	2010	2,18	
	Trânsito	Acidentes mortais de trânsito (100 mil hab)	IBGE	2011	2,9	
Habitação	Qualidade habitacional	Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados %	IBGE	2010	16,25	
		Percentual de domicílios precários (favelas e aglomerados sub-normais) em relação ao total de domicílios %	IBGE - Censo	2010	14,6	
Cultura	Infraestrutura cultural	Existência de Equipamentos Socioculturais Nro	IBGE. Munic.	2009	17/17	
Informação e Comunicação	Internet	Conexão de dados de internet móvel %	Anatel	2012/2013	91,89	
	Voz	Conexão de voz %	Anatel	2012/2013	97,65	

Fonte: Elaboração dos autores, 2015.

Os indicadores recolhidos junto de fontes institucionais, em várias dimensões, presente no quadro 1, mostram-nos com mais pormenor algumas das mais importantes insuficiências de Macapá, e, em consequência, alguns dos desafios que precisa enfrentar e que têm de ser contemplados pelas políticas públicas. Sem querer ser exaustivos, até porque não seria

DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p155-168

José Francisco C. FERREIRA; João Paulo A. AMORIM; Romário Valente SANTOS

possível comentar neste artigo indicador a indicador, olhando de perto para o quadro 1, vamos tecer algumas considerações, sobretudo aquelas que nos apontem quais os desafios que Macapá enfrenta.

Na dimensão Gestão Administrativa, sabe-se que o setor público tem um peso muito grande na economia do Estado (CHELALA, 2008), razão que justifica o alto valor de servidores por habitante. Fala-se, com frequência, da economia do contracheque, uma economia que fica na dependência do funcionalismo público. Repare-se, neste âmbito, na dimensão Gestão Financeira, onde é elevado o valor da despesa de pessoal, a rondar os 60%, deixando o município bastante fragilizado, acabando por corroborar com a baixa despesa com investimentos no total da despesa realizada. Com pouca capacidade de arrecadação, Macapá, como todos os outros municípios do Amapá, vivem na dependência dos repasses da União. Neste sentido, percebe-se que há muito é necessidade do município diversificar as suas fontes de receita, diversificar a economia e diminuir o peso do setor público.

A dimensão Economia e Renda tem uma menção crítica para o indicador “Vulnerabilidade”. Repare-se no elevado valor dos vulneráveis à pobreza (pessoas que vivem com até 255 reais), nos “domicílios em situação de pobreza”, nas “mulheres entre os 10 e os 17 anos com filhos” e na “percentagem de mães chefes de família sem ensino fundamental completo e com filhos menores de 15 anos”. Este indicador revela a fragilidade de grande percentagem da população de Macapá, assinalando, igualmente, as profundas desigualdades no seio da população, o que acaba por ser corroborado pelo elevado Índice de Gini, que se aproxima do 0,6. Neste encaço, esta fragilidade é um desafio que as políticas públicas têm de vencer, ou pelo menos, no curto prazo, atenuar.

Outro dos aspectos que queremos evidenciar é a dimensão Meio Ambiente, que separamos do quadro 1. A este respeito vamos apresentar o quadro 2, que nos revela o estado atual do meio ambiente em Macapá, se considerados os valores entre 2000 e 2010.

Quadro 2 – Indicadores ambientais

INDICADOR	VARIÁVEL	FONTE	Macapá		
			2000	2010	Δ %
Saneamento básico	Percentual de domicílios atendidos direta ou indiretamente por coleta de lixo domiciliar %	IBGE. CENSO	44.85	73.92	64.8
	Percentual de domicílios com acesso a rede geral de esgoto ou fossa séptica %	IBGE. CENSO	18.95	23.42	23.6
	Esgoto a céu aberto	IBGE. CENSO	-----	55.9	-----
	Lixo acumulado	IBGE. CENSO	-----	15.2	-----
	Percentual de domicílios atendidos por rede pública de água %	IBGE. CENSO	53.22	48.36	-9.1
Gestão Ambiental	Efetividade da Estrutura de Gestão Ambiental Nro	IBGE. Munic.	0	4	-----
	Efetividade do Conselho Municipal de Meio Ambiente Nro	IBGE. Munic.	0	4	-----
Produção, valorização e destino final dos Resíduos sólidos Urbanos	Resíduos sólidos com destino a aterro %	s/inf	100	97.7	2.3
	Taxa de cobertura da coleta seletiva	SNIS	0	0.3	-----
	Resíduos recolhidos seletivamente por habitante	s/inf	0	0	-----
Biodiversidade/proteção dos ecossistemas	Percentual de área dedicada agricultura Orgânica	s/inf	0	0	-----
	Áreas Protegidas	IPS	-----	0,05*	-----
	Área desmatada do município em relação à área total desmatada no estado %	IGBE	14.83	13.69	-7.7
	Desperdício de água (índice de perdas na distribuição de água)	SNIS Mcid	-----	77.23	-----
	Áreas degradadas	IPS	-----	1,64*	-----
	Consumo de água por habitante (litros/dia)	SNIR	84.4	67.3	-20.3
Qualidade do Ar	Emissões de monóxido de carbono emitidos por veículo para cada habitante	IBGE	0,95**	1,22***	28.4

Fonte: IBGE, 2000, 2010; *IPS, 2014; ** valores referentes a 2010; *** valores referentes a 2013

Nas duas primeiras variáveis do indicador “saneamento básico”, “percentual de domicílios atendidos direta ou indiretamente por coleta domiciliar” e “percentual de domicílios com a cesso à rede geral de esgoto e fossas sépticas”, podemos observar que houve melhorias, sobretudo se se tiver em conta que a população aumentou significativamente neste período de tempo (gráfico 1). No entanto, repare-se que, no caso da segunda variável referida, as percentagens de cobertura são ainda muito baixas. Pelo que se conhece da realidade e por dados do SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, em 2010, o esgoto tratado em Macapá tem uma cobertura de apenas 6,06%, e refere-se, essencialmente ao centro. A cidade cresceu, mas as infraestruturas não acompanharam este crescimento.

As variáveis “esgoto a céu aberto” e “lixo acumulado”, embora sem valores para o ano 2000, elas revelam que, em 2010, a situação era bem precária com elevadas percentagens do território urbano exposto ao esgoto a céu aberto e ao lixo acumulado, valores inaceitáveis nos dias que correm, já a meio da segunda década do novo milênio.

No caso da última variável deste mesmo indicador, “percentual de domicílios atendidos por rede pública de água” houve inclusive variação negativa. Recorde-se que é frequente a presença de palafitas, ocupando áreas de ressaca, mesmo que, em muitos casos, essas casas tenham energia e água canalizada, embora sejam áreas de proteção ambiental e, por isso, lugares onde é proibida a construção de habitações. Como exemplo, Macapá, segundo dados do IBGE, possuía, em 2010, 60% de moradias em áreas irregulares do Estado.

DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p155-168

José Francisco C. FERREIRA; João Paulo A. AMORIM; Romário Valente SANTOS

Já no caso do indicador “Gestão Ambiental”, nota-se que houve uma significativa melhoria já que, entre 2000 e 2010, surgiram novas estruturas e conselhos ligados ao meio ambiente. As variáveis deste indicador revelam alguma preocupação com o meio ambiente, mas, feitas as relações com outras variáveis, parece não ser o suficiente para encarar, cabalmente, as questões ambientais.

A questão dos resíduos sólidos é, sem dúvida, o *calcanhar de Aquiles* da gestão ambiental. Na verdade, apenas a coleta seletiva melhorou um pouco, mas com valor praticamente insignificante. No estado do Amapá não existe ainda nenhum aterro Sanitário, contrariando a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei 12.305 de 2 de Agosto de 2010). Na verdade, esta é uma questão primordial para a qualidade do meio ambiente e, em consequência, para a qualidade de vida dos macapaenses.

Como se pode observar nos valores do quadro, a reciclagem tem valores irrisórios, não existe separação, sendo que praticamente todos os resíduos são destinados a aterro (quando não a lixão), assim como não existe valorização energética dos mesmos. Embora se comece a notar alguma movimentação por parte das autoridades municipais, a demora em encontrar soluções e resolver o problema pode, em muito, comprometer a qualidade no meio ambiente, já no futuro próximo. Repare-se, a título de exemplo, a Área Metropolitana de Macapá, composta pelos municípios de Macapá e Santana, onde habita mais de 80% da população do estado, apenas tem um aterro controlado, que os dois partilham há anos.

No indicador “biodiversidade/proteção dos ecossistemas”, apesar de o estado ser dos mais protegidos do Brasil, com 72% de sua área sobre proteção, note-se que ainda existem áreas degradadas, o desperdício de água é mais elevado do país e não existe agricultura orgânica. Há aqui um contrassenso. Estamos perante um estado com alta percentagem de proteção, onde a agricultura orgânica pode ocupar um espaço estratégico e esta praticamente não existe. Dizemos praticamente, porque se sabe que existe um pouco, mas esta acontece mais por iniciativa privada do que por uma estratégia do estado ou dos municípios. Sabe-se que o estado do Amapá produz muito pouco do que consome, sendo que a grande maioria dos alimentos vem de fora. Ter solos férteis, conservados e alguns sem ser utilizados, parece ser, quando a nós, uma enorme displicência. Neste sentido, ter um outro olhar sobre estas questões assume caráter estratégico e constitui, por conseguinte, um enorme desafio à gestão urbana.

DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p155-168

José Francisco C. FERREIRA; João Paulo A. AMORIM; Romário Valente SANTOS

No caso das variáveis que se referem à água, o nosso intuito era mostrar que, apesar de o estado ser rico em recursos hídricos, a população, em geral, e as entidades públicas, em particular, vivem de costas voltadas para este precioso recurso (de costas voltadas para o rio). Os valores do desperdício são muito elevados. O esgoto a céu aberto, o lixo acumulado, a invasão das ressacas, o aterro controlado e os lixões ainda presentes, revelam que podemos nem estar a perceber que estamos a contaminar este precioso recurso.

Algumas caminhadas pelo centro da cidade, pela orla do Rio Amazonas ou mesmo pelas áreas de ressaca nos revelam este triste retrato e criam a ilusão de que a abundância da água, que nunca faltou, é sinónimo de que ela será sempre potável e apta a ser bebida. Isso, como se sabe, não é verdade! A água é, sem dúvida alguma, um recurso estratégico, razão pela qual constitui um desafio ímpar, tanto para as entidades públicas, que o deverão gerir melhor, quanto para os macapaenses que têm de aprender a lidar melhor com a questão da água, diminuindo a displicência que existe em relação a este fabuloso e abundante recurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível perceber, este artigo mostrou que são vários os desafios de Macapá enquanto centro regional. Na verdade, embora não tivesse sido esse o foco, percebe-se como um grande desafio para Macapá a integração, como área metropolitana que já é, com Santana, município limítrofe. Os desenvolvimentos do porto de Santana, os investimentos na produção de soja e o interesse de grande empresas supõe esta relação intrínseca e que tem de ser potenciada, na perspectiva de uma visão integrada e integradora do território.

Por outro lado, ficou claro que há, no mínimo, três eixos de intervenção sobremaneira relevantes para percebermos melhor os desafios de Macapá: população, sociedade e o território. Dentro destes três elementos chave, configuram-se todos os desafios que foram assinalados. Os económicos, como a diversificação da economia, diminuindo a magnitude do Estado, mas também criando novas formas de arrecadação que permitam uma maior independência face aos fundos da União, assim como um novo olhar para novas atividades dentro do município, como a agricultura orgânica, construção sustentável, entre outros.

Os sociais, dado que a população tem aumentado significativamente de ano para ano, nos últimos 30 anos, vindo em busca de melhorias nas suas condições de vida, exigindo um diversificado rol de infraestruturas, que não têm acompanhado estas mudanças: infraestrutura

DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p155-168

José Francisco C. FERREIRA; João Paulo A. AMORIM; Romário Valente SANTOS

de saúde, educação, habitacional, de transportes, de cultura e lazer. Assim mesmo, promover uma cidade mais concentrada, compacta, integrada e integradora.

Os territoriais no sentido de mudar a abordagem que temos em relação ao território. Temos um território estadual que é, praticamente, $\frac{3}{4}$ protegido, sendo que, no entanto, a cidade não dispõe de um sistema adequado do tratamento das águas cinza, não tem um sistema eficiente de recolha de lixo, nem processo de recolha seletiva e muito menos de valorização dos resíduos.

Atender aos desafios que Macapá enfrenta é uma tarefa hercúlea, razão pela qual as entidades públicas, cuja razão de existir é a defesa e promoção do bem/interesse comum, têm de fazer um esforço maior, porque, pelo caminho que estamos a levar, a qualidade de vida das gerações futuras estará comprometida, tal como está nas gerações atuais. A mudança tem de acontecer e rapidamente. E ela não deve acontecer apenas a partir das entidades públicas, mas de cada um de nós, sociedade civil (organizada ou não), já que a melhoria da cidade em que vivemos é responsabilidade de todos.

REFERÊNCIAS

- CHELALA, Charles A. **A Magnitude do Estado na Socioeconomia Amapaense**. Macapá: UNIFAP, 2008.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.
- MALHEIRO, Bruno C. P.; TRINDADE JR., Saint-Clair C. Entre rios, rodovias e grandes projetos: mudanças e permanências em realidades urbanas do baixo Tocantins (Pará). In: TRINDADE JR., Saint-Clair C. et al. (Orgs.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: UFPA, 2009, p. 59-92.
- SANTOS, E. R. C. Configuração Geográfica na Fronteira Setentrional Amazônica: os grandes projetos do Amapá-Brasil. In: **I Simpósio Internacional de Geografia Política e Território Transfronteiriços**, 2011, Foz do Iguaçu. Geografia Política Território e Poder, 2011.
- _____. **Amazônia Setentrional Amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas**. Tese (Doutorado em Geografia), FCT-UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, SP, Brasil, 2012.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2005.
- SILVA, Geovany J. A.; ROMERO, Marta A. B. Novos Paradigmas do urbanismo sustentável no Brasil: a revisão de conceitos urbanos para o século XXI. Actas do **Pluris 2010 – 4º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável**, 6 a 8 de outubro de 2010, Faro-Portugal.